



**“FILOSOFIA PERONISTA”: AS LINHAS IDEOLÓGICAS DO JUSTICIALISMO – ANÁLISE DO DISCURSO DE JUAN DOMINGO PERÓN NO ENCERRAMENTO DO PRIMER CONGRESO NACIONAL DE FILOSOFÍA**

**Giuseppe Federico Benedini\***

**Centro Universitário Jorge Amado – UNIJORGE (Salvador/BA)**

[giuseppebenedini@yahoo.fr](mailto:giuseppebenedini@yahoo.fr)

**RESUMO:** Em 9 de abril de 1949, em Mendoza, na Argentina, concluiu-se o Primeiro Congresso Nacional de Filosofia; organizado pela Universidad Nacional de Cuyo, foi a maior reunião filosófica organizada até então na América Latina, com a participação de mais de 20 delegações de países de Europa e das Américas. O presidente argentino Juan Domingo Perón aproveitou desta ocasião para expor, na conferência de encerramento, as linhas ideológicas que fundamentavam sua ação de governo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juan Domingo Perón – Peronismo – História da Argentina – Primer Congreso de Filosofía.

**ABSTRACT:** On 9<sup>th</sup> of April 1949, in Mendoza, Argentina, the First National Congress of Philosophy closed its sessions; organized by the National University of Cuyo, it was the greatest philosophical meeting ever organized in Latin America until that day, with the participation of more than 20 delegations from european and american countries. The Argentina's president, Juan Domingo Perón explained, in the closing lecture, the ideological lines on were based his government policies.

**KEYWORDS:** Juan Domingo Perón – Peronism – History of Argentina – Primer Congreso de Filosofía.

"Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça porque serão saciados" (Mt 5, 6)

---

\* Doutor em Teoria e História da Formação das Classes Políticas pela Universidade de Roma 3 (XVII ciclo). Tradução: Anderson Spavier Alves, professor de Língua Italiana do Núcleo de Estudos Italianos – Universidade do Estado da Bahia (Nesti/UNEB). Revisão: Ana Maria de Souza Batista, pedagoga e especialista em Educação.

## UMA OCASIÃO HISTÓRICA

Em 9 de abril de 1949, concluiu-se o Primeiro Congresso Nacional de Filosofia em Mendoza, na Argentina. Este evento acadêmico, apesar do nome, teve uma dimensão internacional desde a sua primeira convocação, em 8 de dezembro de 1947, como **Primer Congreso Argentino de Filosofía**, contando “com a participação de todos os países de língua espanhola”.<sup>1</sup> Em 20 de abril de 1948, o executivo argentino, com um decreto assinado pelo presidente e ratificado pelo ministro da Justiça, Belisario Gache Pirán, e pelo ministro da Educação, Oscar Ivanissevich, determinou a “nacionalização” do congresso, colocando à disposição, para a sua realização, a soma de 300.000 *pesos*. O decreto de nacionalização conferiu ao Congresso uma dimensão política, pois inicialmente foi pensado como uma reunião de caráter meramente acadêmico; as delegações convidadas, além disso, não vinham mais exclusivamente dos países de língua espanhola, mas de cerca de 20 países europeus e americanos, além da delegação argentina que era, de longe, a maior.<sup>2</sup> Dentre os 284 delegados que participaram do congresso, que foi realizado entre 30 de março e 9 de abril de 1949,<sup>3</sup> 173 assistiram as palestras proferidas por Nicola Abbagnano (**O Existencialismo na Filosofia, O Possível e o Virtual**), Cornelio Fabro (**Ser e Existência**), Hans-Georg Gadamer (**Os Limites da Razão Histórica**, além do discurso inaugural como representante dos membros europeus), Ernesto Grassi (**A Filosofia na Tradição**

<sup>1</sup> AGUIRRE, Alfredo Armando. Hace 40 años en Mendoza, in **La Reforma**. General Pico (La Pampa), número 20.986, 25/3/1989. Disponível em: <http://www.lucheyvuelve.com.ar/Documentos/congresodefilosofia.htm> >. Acesso em 2/2/2009.

<sup>2</sup> Argentina: 148 delegados (dos quais 113 assistiram os trabalhos e 85 publicam, pelo uma palestra contida nos Anais). Itália: 24\* (3, 14); Espanha: 16 (8, 11); Estados Unidos da América: 15 (10, 7); Alemanha: 14 (9, 11); França: 10 (3, 9); Brasil: 10 (6, 5); México: 9 (5, 7); Reino Unido: 5 (0, 1); Peru: 4 (4, 4); Portugal: 4 (2, 4); Suíça: 4 (1, 4); Colômbia: 4 (2, 2); Venezuela: 4 (1, 1); Uruguai: 3 (1, 1); Chile: 3 (1, 1); Bolívia: 2 (1, 1); República Dominicana: 2 (1, 1); Canadá: 1 (1, 1); Irlanda: 1 (1, 1); Guatemala: 1 (1, 0). \* Ernesto Grassi, como professor da Universidade de Munique da Baviera, era considerado membro da delegação alemã. A partir de fevereiro de 2002, as atas do congresso em versão digital, sob os cuidados do **Proyecto Filosofía en Español**, estão disponíveis em: <http://www.filosofia.org/mfb/1949a128.htm> > e <http://www.filosofia.org/ave/001/a137.htm> > (Dados estatísticos). Acesso em 2/2/2009.

<sup>3</sup> A realização do congresso foi adiada muitas vezes: originalmente deveria começar em 12 de outubro de 1948 mas, depois do decreto de nacionalização, a data de início foi transferida para 25 de outubro do mesmo ano, para depois ser fixada definitivamente para 30 de março de 1949. KLAPPENBACH, Hugo. Filosofia e política en el Primer Congreso Argentino de Filosofía em **Fundamentos em Humanidad**. San Luis, Universidad Nacional de San Luis, 1/6/2000 e **Scientific Electronic Library Online** (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/orisoc/v5/v5a03.pdf> >. Acesso em 2/2/2009.

**Humanista, A Filosofia como Obra Humana, O Conceito de Realismo Político**), Ugo Spirito (**Individualidade e Coletividade, O Problematicismo**), Hernán Benítez<sup>4</sup> (**A Existência Autêntica**) e Julio Meinvielle<sup>5</sup> (**O Problema da Pessoa e a Cidade**). Outros filósofos que aderiram, embora não participando pessoalmente, enviaram contribuições que foram lidas durante o desenrolar do congresso, como, por exemplo: Maurice Blondel<sup>6</sup> (**O Dever Integral da Filosofia**), Benedetto Croce (**A Filosofia como Historicismo**), Augusto Guzzo (**A Pessoa Humana**), Karl Jaspers (**Situação Atual da Filosofia**), Julián Marías<sup>7</sup> (**A Razão na Filosofia Atual**), Michele Federico Sciacca (**Os Dois Idealismos**), Galvano della Volpe (**Contradição e Não-Contradição no Julgamento, Sobre a Gênese Aristotélica da «Contradição», A Crítica Aristotélica da «Diairesis» Platônica**). Martin Heidegger também enviou sua mensagem de adesão, lida na conclusão da sessão inaugural; não esteve presente porque foi impedido pelos ocupantes franceses, empenhados no processo de “de-nazificação” das academias alemãs. O seu pensamento foi, portanto, objeto de análises profundas durante os trabalhos do terceiro dia do congresso, dedicada à **Filosofia da Existência**. Nos anais do congresso podem ser lidas muitas intervenções marcadas por um anti-positivismo de caráter aristotélico-tomista, com um debate acalorado sobre o valor do existencialismo e das suas categorias filosóficas.<sup>8</sup> Nota-se, entre outros, a presença de muitos teólogos e sacerdotes católicos, entre os quais se destaca a presença de Octavio Nicolás Derisi, fundador da **Sociedad Tomista Argentina** e de Cornelio Fabro, expoente da Nova Escolástica. Um outro fato importante refere-se à importante presença de delegados espanhóis que refletia a política de “amizade” promovida naquele período pelos governos de Perón e Franco.<sup>9</sup> Destacou-se, ao contrário, a falta de filósofos soviéticos

---

<sup>4</sup> O jesuíta Hernán Benítez (1910-1996) foi militante peronista e terceiro-mundista, além de professor de Eva Perón.

<sup>5</sup> Julio Meinvielle (1905-1973), sacerdote católico e fundador da **Unión Scouts Católicos Argentinos**. Diferente de Benítez, pertencia à tradição católica conservadora e mantinha um posicionamento crítico em relação ao peronismo. Morreu em 1973, em um misterioso acidente automobilístico.

<sup>6</sup> Maurice Blondel (1861-1949) morreu dois meses depois do encerramento do Congresso.

<sup>7</sup> Julián Marías Aguilera (1914-2005) foi discípulo de Ortega y Gasset e pai do escritor Javier Marías.

<sup>8</sup> **ACTAS DEL Primer Congreso Nacional de Filosofía**, Mendoza, Universidad Nacional de Cuyo, 1950.

(eles não foram convidados), enquanto os delegados canadenses e americanos que participaram dos trabalhos do Congresso o fizeram a título pessoal.<sup>10</sup> Organizado pelo reitor da **Universidad Nacional de Cuyo**, Ireneu Cruz,<sup>11</sup> o **Congreso Nacional de Filosofia** foi a primeira reunião filosófica dessa magnitude a ser organizada na América Latina; não é por acaso que despertou o interesse do então presidente argentino, Juan Domingo Perón, decidido a aproveitar esta oportunidade para expor, perante a uma plateia que reunia muitos dos mais ilustres pensadores da época, as principais linhas ideológicas da sua ação de governo.

## 2. “UMA FILOSOFIA DE VIDA, SIMPLES, PRÁTICA, POPULAR, PROFUNDAMENTE CRISTÃ E PROFUNDAMENTE HUMANISTA”

O mês de março de 1949 representou um momento crucial na história do movimento peronista. No dia 16, apenas duas semanas antes da abertura do Congresso de Filosofia, os deputados constituintes juraram solenemente sobre o texto da nova Constituição argentina. A carta constitucional de 1949, que permitia a reeleição do presidente no poder por dois mandatos consecutivos, foi aprovada sem o apoio da oposição, que representava pouco mais de um terço dos deputados e participou apenas

---

<sup>9</sup> Durante o jantar de despedida, na presença de Juan Domingo e Eva Perón, Adolfo Muñoz Alonso fez um discurso em nome da delegação espanhola, no qual foi prodigo de elogios ao casal presidencial. Ver KLAPPENBACH, Hugo. *Filosofia e política en el Primer Congreso Argentino de Filosofia*. Para uma análise mais profunda das relações, não somente culturais, mas também políticas e econômicas entre a Argentina peronista e a Espanha de Francisco Franco, ver REIN, Ranaan, **Peronismo, populismo y política: Argentina 1943-1955**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1998, p. 157 e seguintes.

<sup>10</sup> KLAPPENBACH, Hugo. *Filosofia e política en el Primer Congreso Argentino de Filosofia*, Mendoza, Universidad Nacional de Cuyo, 1950.

<sup>11</sup> Ireneu Fernando Cruz (1905-1954), estudioso de história antiga e de grego, foi chamado para assumir a direção da **Universidad Nacional de Cuyo** em 11 de setembro de 1947, depois a intervenção das universidades argentinas decidida pelo governo peronista. Na qualidade de *decano interventor* (1947-1948) e também de reitor (1948-1954), Cruz se tornou promotor das propostas do governo para o ensino superior, destinadas a ampliar o acesso às universidades. “O número de alunos e de formados pelas faculdades aumentaram consideravelmente, bem como os horários dos cursos – incluídos os noturnos – para que pudessem assistir também os alunos que trabalhavam. Exemplos disso são observados na faculdade de Filosofia e Letras que, em 1943, teve dois alunos formados e, em 1952, trinta e três. Na faculdade de Medicina (criada em 1951), ao se suprimir o exame de admissão, houve um aumento de 62% no número inscritos entre 1951 e 1954”. MASTRANGELO, Fabiana. Dr. Ireneu Fernando Cruz. **Nuevos Boletines**, Mendoza, Universidad Nacional de Cuyo, 2009. Disponível em: [http://www.uncu.edu.ar/contenido/index.php?tid=621&mid=2297&itemaction=ampliar&M\\_Item=14669](http://www.uncu.edu.ar/contenido/index.php?tid=621&mid=2297&itemaction=ampliar&M_Item=14669)>. Acesso em 2/2/2009.

da primeira sessão ordinária.<sup>12</sup> A inclusão no novo texto constitucional de alguns dos principais objetivos da política peronista, delineando a identificação entre Estado e movimento que declaradamente perseguia Perón, motivaram o boicote da oposição, a qual acusava o presidente de querer estabelecer um regime totalitário na Argentina. O clima de guerra parlamentar, resolvida com uma prova de força pelos representantes que sustentavam o executivo, não tira, porém, da Constituição de 1949 o seu caráter inovador. Ela compreendia a declaração dos chamados “direitos de segunda geração”, com a famosa “Declaração dos direitos do trabalhador”, além da sanção legal de igualdade jurídica entre mulheres e homens. Estes elementos faziam já parte do *corpus* doutrinário peronista, que foi formado a partir de dois pontos distintos: o nacionalismo e uma doutrina social que se fundamentou não da esquerda marxista, mas do pensamento católico. A reivindicação do caráter cristão do movimento peronista remonta, pelo menos, ao discurso de 29 de dezembro de 1945,<sup>13</sup> quando a Igreja Católica sustentava oficialmente a campanha eleitoral, mas a encontraremos ainda à época do conflito entre o clero e o governo de Perón em 1954-1955. Em 1948, havia sido publicada uma coletânea dos discursos proferidos por Perón durante os anos precedentes, intitulada **Doctrina Peronista**.<sup>14</sup> Esta obra não tinha, porém, caráter sistemático: os discursos eram ordenados por assunto, mas deixava transparecer claramente a natureza extemporânea de muitos deles e, sobretudo, foram justapostas intervenções inerentes à época do governo militar (concentrando-se, sobretudo, nos temas ligados à “unidade nacional e à ordem”) com outros mais recentes (em que prevalece a temática da “justiça

---

<sup>12</sup> A questão da maioria qualificada no parlamento para declarar a necessidade de uma reforma constitucional foi objeto da mais acalorada disputa entre maioria e oposição. O debate centrou-se em torno do artigo 30 da Constituição de 1853 e as subsequentes leis de reforma (234/1860 e 171/1866), isto é, sobre o fato de que se deveriam calcular os dois terços dos membros totais do parlamento (compreendidos aqueles incapazes de participar dos trabalhos parlamentares por motivo de saúde), como queria a *Unión Cívica Radical* ou dos membros presentes, como na interpretação dos peronistas, que no final prevaleceu. A Constituição de 1949 foi considerada inválida e foi revogada através do decreto 229/56, pelo governo militar que derrubou Perón.

<sup>13</sup> PERÓN, Juan Domingo. Discurso del 29/XII/1945. In: \_\_\_\_\_. **Perón expone su doctrina**. [s.l.], [s.n.], [Buenos Aires, 1947?], p. 91.

<sup>14</sup> Id. **Doctrina peronista**: Antología del pensamiento del general Perón compilada por el Centro universitario argentino. Con la Carta orgánica nacional del Partido peronista. Buenos Aires, 1948.

social”).<sup>15</sup> O efeito final resultava, portanto, muito fragmentado: **Doctrina Peronista** é uma preciosa mina de citações de Perón, mas não ajuda muito a esclarecer em que consistia a doutrina peronista. Os discursos são muitas vezes contraditórios, ligados a acontecimentos especiais e, sobretudo, parece clara a diferença de tons entre os primeiros, pronunciados quando Perón era chefe da Secretaria do Trabalho e da Previdência (mais comedidos na forma e muitas vezes preenchidos de fórmulas derivadas do nacionalismo dos anos 30), os da campanha eleitoral de 1945-1946 e os do presidente democraticamente eleito. Vale também salientar que, tratando-se de discursos, emergem todos os artifícios estilísticos da oratória peronista: a ampla utilização de exemplos concretos, provérbios, linguagem popular, além da utilização abundante de repetições, *slogans*, exortações ao público e ameaças à “oligarquia” liberal. Muito diferente e mais ambicioso era o conteúdo da *lectio magistralis* proferida por Juan Domingo Perón durante a cerimônia de encerramento do Congresso de Filosofia – realizada no **Teatro Independencia** de Mendoza – na presença de sua esposa Eva, de vários ministros e reitores universitários argentinos, além de autoridades locais e dos filósofos participantes. O seu objetivo era, cobiçadamente, o de encontrar na doutrina peronista, uma exata colocação dentro da história universal do pensamento, transitando e ultrapassando os limites da pura e simples dialética política. Em relação ao conteúdo puramente filosófico da palestra (“*lecture*”, como aparece adequadamente sobre a capa da tradução em inglês)<sup>16</sup>, se estabeleceu que o presidente argentino se valeu de “um verdadeiro autor ou consultor que permaneceu desconhecido até hoje”,<sup>17</sup> porém resulta claro que nos “capítulos XX e XXI [...], que são aqueles que fixam a ideia

---

<sup>15</sup> ROUQUIÉ, Alain. **Pouvoir militaire et société politique en République Argentine**, Paris, 1978, p. 362.

<sup>16</sup> **LATIN AMERICAN Network Information Center (LANIC)**, Austin, Texas. Disponível em: <<http://lanic.utexas.edu/project/arl/pm/sample2/argentin/peron/490451t.html>>. Acesso em 9/2/2009. O *site* contém a versão em inglês do discurso.

<sup>17</sup> VELARDE CAÑAZARES, Marcelo. El polémico gran evento filosófico. **Página 12**, Buenos Aires, 3/4/2009. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/universidad/10-122564-2009-04-03.html>>. Acesso em 19/3/2009. Jorge Abelardo Ramos sugere a hipótese de Raúl Mendé, futuro ministro de Assuntos Técnicos, como *ghost writer*. Ver MENDÉ, Raúl. **El Justicialismo. Doctrina y realidad peronista**. Buenos Aires: Ediciones Doctrinarias, 1950, um verdadeiro e próprio tratado de mística peronista, uma obra de pouca espessura, escrita porém, com a intenção de tornar-se uma espécie de “catequismo” oficial do movimento. RAMOS, Jorge Abelardo. **La era del peronismo**, Buenos Aires: Ediciones Del Mar Dulce, 1988, p. 47. Outros indicam Hernán Benítez como o verdadeiro autor do discurso.



de *comunidad organizada*, está indubitavelmente a mão direta de Perón”.<sup>18</sup> O discurso de Perón no Congresso de Filosofia foi, contudo, significativo, tanto porque se tratava de um fato raro que a máxima personalidade nacional participasse de um evento deste tipo, mas sobretudo, porque ela representava uma das primeiras tentativas de estruturação da ideologia peronista, denominada “justicialismo”, pela primeira vez, nesta ocasião.

A nossa ação de governo não representa um partido político, mas um grande movimento nacional, com uma doutrina própria, nova no mundo político mundial.

O movimento nacional argentino, que chamamos de justicialismo na sua concepção integral, tem uma doutrina nacional que encarna os grandes princípios teóricos dos quais vos falarei em seguida e constitui, à sua volta, a escala de realizações, hoje felizmente realizadas na comunidade argentina.

Eu queria, portanto, oferecer aos senhores que nos honraram com vossa visita uma ideia sintética da sua base filosófica, daquilo que representa a nossa terceira posición.

Alexandre, o maior entre os generais, tinha Aristóteles como mestre. Eu sempre pensei, então, que a minha função tinha algo a ver com a filosofia.<sup>19</sup>

Os intelectuais se dispuseram, portanto, a escutar um longo discurso, no qual o presidente organizou os assuntos no âmbito da “filosofia de vida, simples, prática, popular, profundamente cristã e profundamente humanista”,<sup>20</sup> como foi definida a doutrina do justicialismo pelo seu teórico fundamental. O que é certo é que a maneira do peronismo se apresentar como defensor da moderantismo e da doutrina social da Igreja, fazia parte de uma estratégia mais geral, decorrente do contexto político em que foi proferido o discurso de Mendoza.<sup>21</sup>

<sup>18</sup> BUELA, Alberto. **Notas sobre el peronismo**, Buenos Aires, 2007, p. 96.

<sup>19</sup> **ACTAS DEL Primer Congreso Nacional de Filosofía**, Mendoza, Universidad Nacional de Cuyo, 1950. O preâmbulo do discurso não aparece em PERÓN, Juan Domingo. Conferencia del Excmo Señor Presidente de la Nación Argentina Gral. Juan Perón, pronunciada en el acto de clausura del **Primer Congreso Nacional de Filosofía**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aires, 1949 e nas posteriores traduções.

<sup>20</sup> PARTIDO PERONISTA: CONSEJO SUPERIOR. **Manual del peronista**, Buenos Aires, [s. n.], 1954, p. 23-25.

<sup>21</sup> Em 1949, essa reivindicação contribuía para dar um novo significado à política de neutralidade da Argentina. Se, durante a Segunda Guerra Mundial, o governo militar (do qual fazia parte Perón) tinha feito recair sobre si mesmo as suspeitas, em parte fundamentadas, de ser a favor do fascismo [PAVÓN PEREYRA, Enrique. **Yo, Perón**. Buenos Aires, 1993, p. 267], o governo democraticamente eleito no pós-guerra, apesar dos desejos do Departamento de Estado e dos soviéticos, necessitava deixar o isolamento diplomático em que se encontrava, sem ser constringido a renunciar um espaço de

### 3. UMA PERSPECTIVA ÉTICA

O discurso se refaz continuamente com exemplos de elementos da história e da história da filosofia, mas pressupondo, desde o primeiro capítulo, intitulado “O homem e a sociedade enfrentam a maior crise de valores já registrados em sua evolução”<sup>22</sup>, que “não pode existir nenhum divórcio entre o pensamento e a ação”.<sup>23</sup> Essa premissa remetia aos temas da filosofia política, mas em uma ótica de exacerbado pragmatismo:

É possível que a ação do pensamento tenha perdido, nestes últimos tempos, o contato direto com as realidades da vida dos povos. É também possível que a cultura das grandes verdades, a incansável pesquisa das razões últimas, tenham transformado uma ciência, por sua natureza abstrata e rica de ensinamentos, em um virtuosismo técnico com uma conseqüente mudança das perspectivas nas quais o homem desenvolve habitualmente as suas atividades.<sup>24</sup>

Partindo de uma concepção anti-positivista da ciência, Péron sustentava como o advento da “idade do materialismo prático” produziu um notável progresso econômico que, porém, fez desaparecer no indivíduo a exata consciência de si mesmo. O maior problema do homem moderno consistia no fato de que ele tinha perdido a fé nas verdades fundamentais: a abordagem relativista a estas “verdades”; a dúvida, mesmo que somente pelo seu valor metodológico sobre o que elas significam são, portanto, descartadas *a priori*. A missão da filosofia tornava-se, portanto, aquela de

---

manobra autônoma. É notório como Perón estava firmemente convencido de que a “guerra fria” resultaria em guerra aberta entre as duas superpotências vencedoras da Segunda Guerra Mundial. A estratégia de manter a neutralidade devia, portanto, ser mantida a todo o custo, buscando colher novamente os frutos da posição de “terceiro não-beligerante”, pronto talvez, como em 1945, para pegar uma coroa no carro do vencedor. O lançamento do Plano Marshall tinha privado a Argentina do papel de principal fornecedor de carne e cereais dos mercados da Europa Ocidental, pondo fim às extraordinárias performances da balança comercial dos anos de 1945-1948, mas o risco de ser novamente acusado de nutrir simpatias totalitárias não permitia a Perón uma clara tomada de posição contra os Estados Unidos. Ao mesmo tempo era necessário tranquilizar também os setores mais conservadores, que podiam ter dúvidas sobre a natureza e as intenções das forças sindicais que integravam o movimento peronista, razão pela qual a utilização dos princípios da doutrina social da Igreja devia ser vista como uma solução moderada oposta ao radicalismo marxista.

<sup>22</sup> PERÓN, Juan Domingo. **Conferencia del Primer Congreso Nacional de Filosofia**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aires, p. 11.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 11-12. (capítulo I).

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 11-12.



reencontrar a sua missão pedagógica e de “sintetizar a verdade” para iluminar o caminho humano.<sup>25</sup>

Os gregos do tempo de Sócrates se colocavam questões sinceras: o ser, o princípio, a virtude, a beleza, a finalidade e se encarregavam de formular, de maneira apropriada, as formas adequadas, as tábuas da Moral e os seus princípios de Ética. Não é legítimo considerar esses problemas como resolvidos e, em seguida, induzir o homem ao erro – que ignora as antigas verdades centrais – com novas verdades superficiais ou com simples sofismos. [...]

Foram descobertos fatos cuja assimilação não é algo simples para o homem. Se persuadiu o homem da conveniência de concluir um salto sem progressividade, de um idealismo rigoroso a um materialismo utilitarista; da fé à opinião; da obediência à liberdade incondicional.

A liberdade, maior conquista dos tempos modernos, não trouxe consigo uma reestruturação preliminar das suas consequências. É possível também que tenha havido uma certa improvisação nesta vitória, porque é sempre difícil restabelecer a ordem entre as tropas que tomam posse de uma cidade que por muito tempo foi sitiada.<sup>26</sup>

A desconfiança e o pessimismo nos confrontos das conquistas da modernidade pareciam seguir certas proposições “ultramontanas” que viam nas liberdades proclamadas a partir da Revolução Francesa o advento de “uma era de caos”. Mas, mesmo que não seja possível voltar no tempo – sustenta Perón – a história ensina como as verdades que parecem muitas vezes pertencer ao passado, são reavaliadas nos períodos de crise; o exemplo é a redescoberta da filosofia grega, adaptada durante a Idade Média que conduziu, em seguida, ao Humanismo e Idade Moderna.<sup>27</sup> “A preocupação teológica”<sup>28</sup> é a constante que o discurso peronista individualiza na história humana, indicando a evolução sumária da pré-história à idade contemporânea. A fé na existência da Divindade como consciência universal de todas as civilizações humanas derivavam os vários sistemas morais. Durante o Renascimento, no entanto, se afirma uma nova perspectiva que coloca no centro “o livre arbítrio – a Liberdade da Vontade –

---

<sup>25</sup> PERÓN, Juan Domingo. **Conferencia del Primer Congreso Nacional de Filosofía**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aire, p. 12-14. (capítulo II: “El hombre puede desafiar cualquier mudanza si se halla armado de una sólida verdad”).

<sup>26</sup> PERÓN, Juan Domingo. **Conferencia del Primer Congreso Nacional de Filosofía**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aires, p. 13.

<sup>27</sup> Ibid., p. 15-16. (capítulo III: “Si la crisis medieval condujo al Renacimiento, la de hoy, con el hombre más libre y la conciencia más capaz, puede llevar a un renacer más esplendoroso”).

<sup>28</sup> Ibid., p. 17-20. (capítulo IV).

como condição da Moral”<sup>29</sup>, mudança esta que condicionará todo o pensamento das épocas vindouras. A substituição do culto divino pelo novo “culto da humanidade” que começa a se afirmar culminará, três séculos mais tarde, no positivismo, necessário aporte para um pensamento sempre menos preocupado com questões escatológicas, e tenso, a indagar a verdade a partir da experiência sensível. “Uma revolução total, grandiosa em seus aspectos materiais, mas talvez mal-acompanhada por uma visão exata das perspectivas fundamentais”.<sup>30</sup> Devido a estes fatores, Perón chegou a falar de uma “crise do espírito europeu”<sup>31</sup> (referindo-se à difusão do ateísmo e do laicismo político no Velho Mundo), a qual agem como contraponto “a formação do espírito americano e as bases da evolução ideológica universal”.<sup>32</sup> Estas últimas – afirmava – necessitavam mais do que nunca serem estabelecidas: as teorias de Darwin aplicadas às sociedades humanas (o chamado “darwinismo social”) revelaram-se inadequadas, uma vez que o fator biológico não era suficiente para explicar a complexidade da natureza humana:



Não é possível se apoiar sobre uma lei técnica, desligada a toda razão última, uma lei positiva e nem mesmo um tratado moral. Se se transpõe esta explicação na ordem geral, o homem, a sociedade e o Estado se veem obrigados a inventar imediatamente uma nova escala de valores, uma nova Moral. No apogeu de uma idade de ambições materiais, depois de ter recusado por muito tempo, durante quase um século e meio, todo raciocínio metafísico, o pensamento não pode se refugiar indefinidamente em critérios marginais.<sup>33</sup>

Era urgente, portanto, “o reconhecimento da essência da pessoa humana como base da 'dignificação' ou bem-estar do homem”.<sup>34</sup> A virtude autêntica era, segundo Perón, a socrática,<sup>35</sup> uma virtude “ativa, igualmente batalhadora como a cristã”,<sup>36</sup> oposta

<sup>29</sup> PERÓN, Juan Domingo. **Conferencia del Primer Congreso Nacional de Filosofía**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aires, p. 21.

<sup>30</sup> Ibid., p. 23.

<sup>31</sup> Ibid., p. 22.

<sup>32</sup> Ibid., p. 21-23. (capítulo V).

<sup>33</sup> Ibid., p. 25.

<sup>34</sup> Ibid., p. 24. (capítulo VI).

<sup>35</sup> Ibid., p. 25-26. (capítulo VII: “La realización perfecta de la vida”).

<sup>36</sup> Ibid., p. 26.

a uma ideia de bem meramente teórico, negativa nos confrontos de tudo que é transitório e, portanto, humano. Esta força não é “um ideal específico de cada ser humano”, mas, como recorda Platão, única e universal; transposta para a era moderna, ela representaria um meio justo entre a metafísica idealista e deificação da ciência humana. Não é por acaso que Perón usa Sócrates (no sentido do protagonista dos diálogos platônicos como **A República** ou **As Leis**) para introduzir o primeiro verdadeiro argumento político de seu discurso:

Para Sócrates, o trabalhador que conhece o seu trabalho, em oposição ao demagogo ou à massa inconsciente era virtuoso, como era aquele que sabia que o trabalho nunca desonra, diante do homem ocioso e do político.<sup>37</sup>

A visão tripartite (trabalhadores, guerreiros e governantes-filósofos) e ordenada da utopia política platônica, oposta ao modelo ateniense de democracia – no qual a “massa inconsciente” estava à mercê de demagogos, incapaz de perseguir o próprio bem e o da sociedade – prefigurava, em seu discurso, uma outra utopia: a da *comunidad organizada* peronista. Uma comunidade (*Gemeinschaft*) na qual reina a paz social e onde a diferença de funções, temperada por um sistema comum de direitos e deveres, não se transforma em desigualdade; uma comunidade na qual é encorajada a solidariedade entre os indivíduos e onde as reivindicações especiais, mantidas dentro dos limites precisos para o bem da coletividade, não dão espaço para a luta de classes. A busca desse meio justo, que também evita igualmente o arbítrio obscurantista do passado e o excesso de liberdade que tinha dado origem ao materialismo, refletia-se no que mais tarde se tornará uma das mais famosas teorias políticas peronistas: a *tercera posición*. Na conferência de Mendoza, ela vem primeiramente formulada em termos morais e filosóficos: tratava-se de uma equidistância, não entre dois sistemas políticos, mas entre dois modos de conceber a vida. Aceitando a ordem e a moral como base da política, se sustentava porém que: “os valores morais devem compensar a euforia das lutas e das conquistas e colocar um muro intransponível à desordem”.<sup>38</sup>

À política incumbe de ganhar os direitos, obter a justiça e elevar o padrão de vida, mas atuam também outras forças. É necessário que os valores morais criem um clima de virtude humana capaz de

---

<sup>37</sup> PERÓN, Juan Domingo. **Conferencia del Primer Congreso Nacional de Filosofía**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aires, p. 26.

<sup>38</sup> Ibid.

compensar em qualquer momento, além daquilo que foi conseguido, aquilo que é devido. Sob este aspecto, a virtude reafirma o seu sentido de eficácia. Ela não será somente o heroísmo constante das prescrições litúrgicas; é um estilo de vida que nos permite falar de um homem que cumpriu de forma viril os imperativos pessoais e públicos: “Aquele que era obrigado a dar e podia fazer isso, doou e aquele que era obrigado a cumprir, cumpriu”.

Esta virtude não obstrui os caminhos da luta, não impede o avanço do progresso, não condena as rebeliões sacrossantas, mas coloca uma barreira insuperável diante da desordem.<sup>39</sup>

Ao colocar a moral em uma posição importante em relação ao livre arbítrio humano – embora se diga, com Santo Agostinho, que a ação moral é necessariamente expressão de liberdade (“libertas maior”) – Perón acreditava que: “O amor entre os homens teria obtido melhores resultados em menos tempo do que o ressentimento”.<sup>40</sup> A este modo de conceber a ética, reconduzido ao imperativo categórico kantiano – o qual vem definido como “um credo que não poderia encontrar precedentes a não ser nos princípios cristãos do amor recíproco”<sup>41</sup> – se contrapunha um outro baseado no pessimismo sobre a verdadeira natureza humana, que tinha em Thomas Hobbes o seu mais famoso expoente:



Hobbes pertence ao período em que a ideia socrática e a esperança evangélica começam a desaparecer diante dos frios indícios da Razão que, por sua vez, não tardará a abraçar materialismo. Quando Marx nos disse que das realidades econômicas depende a estrutura social e a sua divisão em classes e, conseqüentemente, a História da humanidade não é senão a história das lutas de classe, nós começamos a ver com clareza, em seus efeitos, o panorama do “Leviatã”.

Não existe probabilidade de virtude, nem uma sombra de dignidade individual, onde se proclama o estado de necessidade dessa luta que é, por sua própria essência, uma franca dissociação de elementos naturais da comunidade. Isto corrobora para sustentar, ao contrário, que não existe uma diferença de interesses e uma diferença de necessidade e que cabe ao homem fazê-los desaparecer gradualmente, convencendo a ceder aqueles que podem fazer isto e estimulando o progresso de quem permaneceu para trás.

Mas esta operação – que ocupou a sociedade por mais de um século através de dolorosas vicissitudes – não precisa de gritos ou ameaças nem, ainda menos, do derramamento de sangue para alcançar os resultados esperados. O amor entre os homens teria obtido melhores resultados em menos tempo e, se ele encontrou as portas fechadas pelo

<sup>39</sup> PERÓN, Juan Domingo. **Conferencia del Primer Congreso Nacional de Filosofia**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aires, p. 28.

<sup>40</sup> Ibid., p. 29-31. (capítulo IX).

<sup>41</sup> Ibid., p. 29.

egoísmo, isto se deve ao fato de que a educação moral não foi tão eficaz para fazer desaparecer estes defeitos tal como o rancor.<sup>42</sup>

#### 4. A *TERCERA POSICIÓN*: NEM CONSUMISMO, NEM CAPITALISMO

O ídolo polêmico de Perón – descendente direto, na sua opinião, do “pessimismo sociológico” hobbesiano – é logo claro: tratava-se do materialismo histórico marxista. Ele considerava sem sentido a ideia de que a história procedesse através de uma sequência de sistemas de produção desarticulados de qualquer referência ideal, nos quais os conflitos internos geram, em um certo ponto, a substituição violenta com um novo modelo – igualmente centrado nos valores “estruturais” da produção e do consumo – na esperança de que a tomada do poder por parte das forças do proletariado pusesse fim a este “ciclo de reencarnações” da injustiça para levar, finalmente, a uma sociedade igualitária. Ao ideal revolucionário marxista, Perón contrapunha um outro, que sustentava uma evolução pacífica em que o progresso material e a liberdade fossem acompanhados pela conscientização por parte de cada indivíduo, do conceito de bem comum. Da doutrina marxista, Perón considerava particularmente perniciosa, para o estabelecimento de uma sociedade baseada na justiça, a ideia de luta de classes. No seu entender, ela crescia ao grau de mal social absoluto, produzido por doenças morais, tais como o rancor e o egoísmo. A luta de classe representava uma fonte perpétua de ódio e de aflições profundas, ou seja, as mais graves ameaças à organização comunitária que ele se propunha defender a todo custo. Esta nova passagem do campo da moral ao campo da política se justificava citando Aristóteles: “O homem é um ser criado para viver em sociedade; o bem supremo não se realiza, portanto, na vida humana individual, mas na organização super individual do Estado; a moral culmina na política”.<sup>43</sup>

A vida de relações aparece como uma medida eficaz para a honestidade com a qual cada homem aceita o seu papel. A partir desse sentido de vida, que virá em grande parte da educação recebida e do ambiente que reina na comunidade, depende a sorte da própria comunidade.

Há povos que tem o sentido da moral e outros povos que são desprovidos; políticos civilizados e políticos não civilizados; projeções de progresso ordenado ou delirantes irrompimentos das massas. A diferença que existe entre o obter bons resultados de uma

---

<sup>42</sup> PERÓN, Juan Domingo. **Conferencia del Primer Congreso Nacional de Filosofía**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aires, p. 30-31.

<sup>43</sup> Ibid., p. 32.

vitória social ou o extermínio na desordem depende do grau de moral que se possui.

Estes graus caracterizam os diferentes períodos da História. Eles tornam glorioso o triunfo e suportável o fracasso, atenuando as calamidades e empenhando forças de reserva.<sup>44</sup>

A virtude do povos e a virtude dos governantes – uma virtude não inata, mas determinada pelas circunstâncias históricas – era, portanto, o pressuposto para uma política baseada no progresso, cujos excessos são muito menos prováveis quanto mais elevado for o nível de ético da comunidade.

O progresso está, além disso, em absoluta relação de dependência com o grau de moral alcançado: ela estabelece a moral das leis e pode interpretá-las sabiamente. Para a vida pública isso significa a ordem, a ação e o feliz uso da liberdade. [...]

A liberdade foi, em primeiro lugar, a substância do conteúdo moral da vida. Mas, por isso mesmo, nos é impossível imaginar uma vida livre sem princípios morais, como é, de modo equivalente, impossível conceber ações morais em um regime de não reflexão e de inconsciência.<sup>45</sup>

“O último significado da moral consiste na correção do egoísmo”,<sup>46</sup> tanto dos defensores da luta de classes, que minam a harmonia social em nome das suas reivindicações, quanto dos que sustentam o sistema liberal. Marxismo e liberalismo, na opinião de Perón, longe de excluir-se, derivam, ambos, de uma mesma visão da sociedade, onde o materialismo liberal não se coloca como alternativa ao materialismo marxista, mas constituía, na verdade, a sua razão de existir.

O egoísmo que forjou a luta de classes e inspirou as mais violentas maldições do materialismo é, ao mesmo tempo, o último sujeito do progresso moral. Contra esta oposição obstinada, que resultou da super valorização dos próprios interesses, convém certamente tomar posição. Esse enunciado corresponde, na História, a uma sangrenta e dura evolução da qual não podemos dizer ainda que o objetivo foi alcançado.

Se o bem-estar é o principal objetivo e a sua realização uma das finalidades centrais das aspirações gerais, é evidente que alguns encontraram os meios e recursos para obtê-lo, e que outros nunca os possuíram. Aqueles procuraram preservar a sua condição privilegiada, o que levou à turbulência motivada pela ação reivindicatória, nem sempre pacífica, dos menos dotados. O egoísmo era destinado, talvez por um esquema providencial, para se tornar o motor de uma época humana agitada. Mas o egoísmo é, antes de tudo, um valor-negação, é a ausência de outros valores, é como o frio que não significa outra

---

<sup>44</sup> PERÓN, Juan Domingo. **Conferencia del Primer Congreso Nacional de Filosofia**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aires, p. 33.

<sup>45</sup> Ibid., p. 33-34.

<sup>46</sup> Ibid., p. 34-35. (capítulo XI).



coisa senão a ausência de calor. Combater o egoísmo: isto não pressupõe uma ostentação armada diante do vício, mas sim uma ostentação destinada a fortalecer as virtudes contrárias; a substituí-las com uma ampla e generosa visão moral.<sup>47</sup>

À condenação do coletivismo comunista referia-se, portanto, de maneira simétrica, à rejeição do individualismo desenfreado, isto é, daquele falso conceito de liberdade tão prejudicial para a vida comunitária que nasce com “o industrialismo e o capitalismo”<sup>48</sup> e com a ideologia política que os sustenta.

O líder político critica o liberalismo fundamentalmente porque se apoia em valores que privilegiam um individualismo exacerbado que termina por desumanizar o homem, eliminando dele toda possibilidade de agir de maneira solidária, fazendo dele um sujeito egoísta, cujo único objetivo é satisfazer os seus próprios apetites individuais, e que negligencia os interesses e as necessidades dos outros.<sup>49</sup>

Esta dicotomia, entre o Eu e o Nós, entre liberdade individual e justiça social, novamente encontrava o seu ponto de equilíbrio na *comunidad organizada*:<sup>50</sup>

[...] Quando dizemos que a transição histórica deriva da antiga condição de necessidade em direção à moderna condição de liberdade, pensamos mais no indivíduo que na comunidade e temos uma visão oblíqua da evolução. A fase preparatória ou teórica da realização do eu em nós foi adequadamente apta para permitir a cessão dos símbolos do comando que, sem ainda recair sobre a massa, propiciavam aos novos dirigentes a transição de poder tão desejado.

A liberdade que então vinha proclamada exige um esclarecimento se devemos considerá-la na atualidade. Se por liberdade entendemos aquele patrimônio vivente da humanidade que se encontra hoje no estado de necessidade ditado, por sua vez, pelo arbítrio indiscutível de uma fração eleitoral, nós individuaremos imediatamente o principal problema: a liberdade incondicional e, sobretudo, o seu poder de escolha.

Ser livre não significa agir seguindo o próprio desejo, mas proceder a uma escolha entre as múltiplas possibilidades que são profundamente conhecidas. E pode ser que observemos, então, como a alegre promulgação daquele estado de liberdade não tenha sido precedida por nenhum dispositivo social para diminuir as diferenças entre o campo da luta e aquele da defesa nem, menos ainda, seja precedida da ação

<sup>47</sup> PERÓN, Juan Domingo. **Conferencia del Primer Congreso Nacional de Filosofía**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aires, p. 34-35.

<sup>48</sup> Ibid., p. 36.

<sup>49</sup> ARZADUN, Daniel. **Perón ¿proyecto nacional o pragmatismo puro?**, Buenos Aires, [s. n.], [s.d.], p. 166.

<sup>50</sup> PERÓN, 1949, op. cit., p. 36-38. (capítulo XII: “La humanidad y el yo. Las inquietudes de la masa”).

cultural necessária para que as possibilidades seletivas, inerentes a qualquer ação realmente livre, pudessem ser o objeto de um ato praticado com consciência. A base consciente como conteúdo da liberdade – autodeterminação popular – seguiu, a notável distância no tempo, o prólogo da questão política.<sup>51</sup>

## 5. UMA SÍNTESE DIALÉTICA: A *COMUNIDAD ORGANIZADA*

No que diz respeito ao aspecto político-social, Perón afirmava que “a chamada luta de classe está atualmente no caminho do desaparecimento” porque as velhas classes dirigentes, conscientes de sua crise, finalmente decidiram ceder, em nome do progresso, parte do seu poder para “superar a luta de classes, através da colaboração social e a 'dignificação' humana”.<sup>52</sup>

A aspiração pelo progresso social não tem nada a ver com a rumorosa exploração proselitista e não pode produzir-se através do enfraquecimento e a desmoralização dos tipos humanos. A humanidade tem necessidade de acreditar no próprio destino e na sua ação e ela possui a perspicácia suficiente para prever que a transição do eu para o nós não se opera como um meteoro, como um extermínio das individualidades, mas como uma confirmação destas na sua função coletiva.<sup>53</sup>

Liberdade e dignidade do indivíduo podiam, portanto, andar de mãos dadas, para entender sua base ideal. Retornava-se, dessa maneira, a uma parte da exposição do conteúdo decididamente mais histórico-filosófico. Espírito e matéria<sup>54</sup> – se afirmava – tornaram-se ao longo dos séculos, valores inconciliáveis. Na antiguidade, Platão e Aristóteles e os filósofos indianos acreditavam que o bem consistia na vitória do espírito sobre as forças inferiores da matéria, uma teoria que se difundiu durante os séculos seguintes, graças, sobretudo, ao Cristianismo. George Berkeley foi o mais importante representante desta “série aristotélica” e somente na época do Iluminismo (no discurso são citados D'Alembert, Voltaire e Kant) a validade da metafísica foi seriamente contestada. Já no século XIX, Karl Marx traduziu no plano político, com a teoria do

---

<sup>51</sup> PERÓN, Juan Domingo. **Conferencia del Primer Congreso Nacional de Filosofía**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aires, p. 37-38. (capítulo XIII).

<sup>52</sup> Ibid.

<sup>53</sup> Ibid., p. 39-40.

<sup>54</sup> Ibid., p. 43-44 (capítulo XV: “Espíritu y materia: dos polos de la filosofía”).

materialismo histórico, as proposições filosóficas formuladas pela esquerda hegeliana.<sup>55</sup> Os exemplos de Soren Kierkegaard, Victor Hugo, Ludwig Klages e Martin Heidegger<sup>56</sup> foram, no entanto, citados para demonstrar como nunca faltaram, por outro lado, pensadores que contestaram essa unidimensionalidade do ser humano. Interrogando-se se “a felicidade desejada pelo homem pertencerá ao reino do material ou as aspirações da alma humana alcançarão o caminho da perfeição?”<sup>57</sup> Perón sustentava que a elevação espiritual tornava-se uma necessidade para evitar “a insetificação”<sup>58</sup>, produzida pelo materialismo, que conduzia inexoravelmente à náusea existencial:

Gritos de alerta nos sinalizam frequentemente o perigo que se corre quando o progresso técnico não é seguido por um progresso proporcional na educação dos povos. [...]

A vida que se concentra nas grandes cidades nos oferece com triste frequência o espetáculo desse perigo a que as mentes iluminadas deram o nome de “insetificação”. [...]

O materialismo intransigente contava, sem dúvida, com o sinal mecânico e implacável do progresso, imaginando que, privado da sua sombra cósmica, o homem terminaria por sentir-se minúsculo e vítima da monstruosa trepidação vital. Por isso, ele deu ao indivíduo um substituto da sua proporção espiritual: o ressentimento. Precedentemente tinha substituído, às tendências supremas, as de forças inferiores: esta “inveja” que ontem fazia parte do corpo de uma teoria extremamente interessante e que hoje, desiludida e desencantada, os seus discípulos transformaram em “náusea”. Náusea pela moral, pela hereditariedade da vida em comum, náusea pelas leis e os procedimentos inexoráveis da História, náusea biológica.<sup>59</sup>



<sup>55</sup> PERÓN, Juan Domingo. **Conferencia del Primer Congreso Nacional de Filosofía**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aires, p. 45-50 (capítulo XVI: “Cuerpo y alma: el ‘cosmos’ del ‘hombre’”).

<sup>56</sup> Numa obra de ficção (FEINMANN, José Pablo. **La sombra de Heidegger**, Buenos Aires: editora Argentina, 2005.) acena-se a uma sugestiva quanto inverossímil derivação da doutrina peronista da *tercera posición* das teorias heideggerianas. Não esqueçamos, por outro lado, que Perón, durante a sua missão européia de 1938-1940, visitou a Alemanha nazista, onde o autor de “Ser e Tempo”, gozava de grande influência e reputação. Feinman escreveu também obras históricas sobre o peronismo, entre as quais **El peronismo y la primacia de la política**. Buenos Aires, 1974 e **Estudios sobre el peronismo**. Buenos Aires, 1984.

<sup>57</sup> PERÓN, 1949, op. cit., p. 51-57. (capítulo XVII).

<sup>58</sup> Neologismo de derivação kafkiana e antítese, no esquema dialético peronista, à “dignificação” do indivíduo.

<sup>59</sup> PERÓN, Juan Domingo. **Conferencia del Primer Congreso Nacional de Filosofía**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aires, p. 52-53.

“Precisa-se restituir ao homem a fé na sua missão”<sup>60</sup>, evitando as teses pessimistas, filhas de um existencialismo nocivo, que condenavam o indivíduo à impotência, “aprisionando-o na estreita gaiola de sua imperfeição”<sup>61</sup> e, ao mesmo tempo, afastar para sempre a privação de sua liberdade individual, em nome de teorias que conduziam à deificação do Estado, ao coletivismo e ao totalitarismo, à “onipotência do Estado sobre uma quantidade de zeros”.<sup>62</sup>

Que o indivíduo aceite pacificamente a sua eliminação como um sacrifício para o bem da comunidade não constitui uma vantagem para esta última. Uma soma de zero é sempre zero; uma hierarquização estruturada sobre a abdicação pessoal não é produtiva para aquelas formas de vida nas quais o materialismo mais intolerante, a deificação do Estado, o Estado-Mito e um secreta e inconfessável vocação ao despotismo são produzidos juntos.

Aquilo que caracteriza as comunidades saudáveis e vigorosas é o grau das individualidades delas e o sentido com que elas se dispõem em gerar a ordem coletiva.<sup>63</sup>

A rejeição explícita do totalitarismo permite a Perón negar qualquer aproximação, tanto com o comunismo soviético quanto com o fascismo, de quem era considerado simpatizante.<sup>64</sup> A ideologia oficial exposta à plateia dos principais intelectuais do “mundo livre”, em uma época na qual as relações diplomáticas com os Estados Unidos se mantiveram tensas, descrevia a *tercera posición* argentina como um conjunto harmônico de liberdades individuais e responsabilidade coletiva, justiça social e atenção aos valores espirituais, de modo especial àqueles derivados da doutrina cristã. Esta aparecia como o fruto de um percurso através da história do pensamento, ao longo do qual o presidente individualiza alguns pontos imutáveis: o pensamento grego antigo

<sup>60</sup> PERÓN, Juan Domingo. **Conferencia del Primer Congreso Nacional de Filosofía**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aires, p. 59-61. (capítulo XIX).

<sup>61</sup> Ibid., p. 58. (capítulo XVIII: “El hombre como portador de valores máximos y célula del ‘bien general’”).

<sup>62</sup> Ibid., p. 41.

<sup>63</sup> Ibid., p. 55-56.

<sup>64</sup> Na verdade, Perón foi um fervoroso admirador de Mussolini. Veja a entrevista (em 1973!) na qual ele o define um “colosso” e afirma que “O fascismo italiano tinha levado as organizações do povo a uma participação efetiva na vida nacional, da qual sempre foram excluídas”; em LUCA DE TENA, Torcuato; PEICOVICH, Estéban. **Yo, Juan Domingo Perón**, Barcelona: Planeta, 1986, p. 28-29. Entre os militares que governaram a Argentina de 1943 a 1945, Perón não era o único a ter simpatias pelas forças do Eixo, razão pela qual a neutralidade argentina, mantida até 18 de março de 1945, sempre foi vista com desconfiança pelos Aliados.

(Platão), a Escolástica (São Tomás de Aquino) e Jean-Jacques Rousseau, que considerava, em um certo sentido, precursores do seu ideal de *comunidad organizada*.<sup>65</sup>

Assim como, ao exame que nos é consentido, a vontade se apresenta transfigurada em possibilidades de Liberdade, o “nós” aparece na sua ordem suprema, ou seja, a comunidade organizada. [...]

Um Estado de Justiça onde toda classe exercita as suas funções no serviço do todo e se aplica para que a sua virtude peculiar se eleve conforme o seu destino e sirva à harmonia do todo. O todo aparece no horizonte político grego, que é também o primeiro horizonte político da nossa civilização, com toda uma proporção central de justiça, com uma lei de harmonia, aquela do corpo humano, que prevalece sobre a singularidade. [...]

O Cristianismo, que constituiu a primeira grande revolução, a primeira libertação humana, poderia retificar felizmente as concepções gregas. Mas esta retificação se aproximou de uma grande contribuição. Ele enriqueceu a personalidade do homem e fez da liberdade, até então teórica e limitada, uma possibilidade universal. O pensamento cristão, seguindo uma evolução ordenada, que aperfeiçoou a visão genial dos gregos, mais tarde, fundou as próprias ideias filosóficas sobre os métodos destes e aceitou como suas boa parte das disciplinas deles. O que faltou aos gregos para a definição perfeita da comunidade e do Estado foi exatamente aquilo que o Cristianismo tinha trazido: o seu homem vertical, eterno, imagem de Deus. Passou-se, em seguida, do homem à família, à casa; a sua unidade se transformou no plasma que formou os Estados através das cidades e sobre ela repousam as coletividades modernas. [...]

Quando a escola tomista nos diz que o objetivo do Estado é a educação do homem para uma vida virtuosa, intuímos a enorme importância desta ponte suspensa sobre as sombras da Idade Média. Este homem, a serviço do qual – e a serviço do seu aperfeiçoamento – o Estado se consagrava, não era certamente o germe de um individualismo anárquico. Para que este [modelo] degenerasse foi necessário levar a evidência dos seus valores espirituais àqueles materiais. O homem não era senão algo que devia aperfeiçoar-se para Deus e para a comunidade. A força à qual se referia São Tomás não era de toda indiferente à virtude grega, modelo dos valores ideais para a realização da própria vida [...]

A Revolução Francesa constituiu um clamoroso prólogo para o livro, então em branco, da evolução contemporânea. Encontramos em Rousseau uma evocação construtiva da comunidade e a identificação do indivíduo no seu seio como base da nova estrutura democrática. Esta concepção serviu como ponto de partida para a interpretação prática dos ideais nas novas democracias. A um certo ponto, porém, tornou-se quase obrigatório a supressão, na realidade não necessária, de toda uma escala de valores, produzida pela mesma força de reação. Podemos nos perguntar, por exemplo, se foi de todo necessário, para

---

<sup>65</sup> PERÓN, Juan Domingo. **Conferencia del Primer Congreso Nacional de Filosofía**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aires, p. 62-74. (capítulo XX: “La comunidad organizada, sentido de la norma”).

chegar do poder absoluto à vontade do cidadão, eliminar diante deste toda possibilidade espiritual.<sup>66</sup>

A verdadeira democracia não podia, portanto, fundamentar-se sobre o simples igualitarismo, porque todas as ideologias que “não fixam os seus absolutos na hierarquia do homem, nem nos seus valores, nem nas suas possibilidades de virtude [...] os fixaram no Estado ou nas organizações tipicamente materialistas”.<sup>67</sup> O governo justo não devia, portanto, cancelar a dimensão transcendente do homem, fundamento da sua individualidade, mas seria necessário, ao mesmo tempo, que cada pessoa aceitasse a vontade geral, como é entendida por Rousseau, ou seja, como uma expressão do bem comum:

A justiça não é um termo que introduz a violência, mas uma convicção geral; existe, portanto, um regime de alegria, porque onde o sentido democrático pode se fortalecer na compreensão universal da liberdade e de interesse geral, é lá que o indivíduo pode, com precisão, realizar a sua própria personalidade, encontrar plenamente a sua própria euforia espiritual e justificativa para sua própria existência.<sup>68</sup>

O justicialismo peronista, definido como um “coletivismo de tipo individualista”, é apresentado como uma solução eficaz, uma terceira via entre os absolutos filosóficos do “espírito” e da “matéria”, do “corpo” e da “alma”, do “nós” e do “eu”, que tornaram-se doutrinas políticas.<sup>69</sup>

Somos coletivistas, mas a base deste coletivismo é de tipo individualista e o seu fundamento é uma fé suprema no tesouro que o homem representa, pelo simples fato de que ele existe. Nesta fase de evolução, o coletivo, o “nós”, está eliminando o individualismo egoísta. É correto que nós nos encarreguemos em determinar se podemos por a atenção da vida em comunidade somente sobre a matéria ou se é mais prudente que a liberdade do indivíduo reine sozinha, alheia aos interesses e às necessidades comuns e dotada de uma ambição incontrolável, igualmente material. [...]  
Em meio às catástrofes, o olhar do homem percebeu novamente a imagem de Deus e, por reflexo, reencontrou a sua própria. Se devemos pregar e colocar em prática um Evangelho de justiça e de progresso, será necessário fundamentar a sua realização sobre o aperfeiçoamento

---

<sup>66</sup> PERÓN, Juan Domingo. **Conferencia del Primer Congreso Nacional de Filosofía**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aires, p. 62-75.

<sup>67</sup> Ibid., p. 75. (capítulo XXI: “La terrible anulación del hombre por el Estado y el problema del pensamiento democrático del futuro”).

<sup>68</sup> Ibid., p. 80.

<sup>69</sup> Ibid., p. 81. (capítulo XXII: “Sentido de proporción. Anhelos de armonía. Necesidad de equilibrio”).



individual, enquanto premissa do aperfeiçoamento coletivo. Os rancores e os ódios que acometem o mundo, entre povos e entre irmãos, são o resultado lógico não de um itinerário cósmico fatal, mas de uma longa pregação contra o amor. Este amor que deriva do conhecimento de si mesmos e, em seguida, da compreensão e aceitação das razões dos outros.

Aquilo que a nossa filosofia procura restabelecer quando emprega o termo “harmonia”, é exatamente esse sentimento de plenitude da existência. O princípio hegeliano da realização do “eu” em “nós” por meio do “eu”.

A nossa comunidade será comunidade de homens, não de feras. A nossa disciplina tenderá a tornar-se conhecimento, procurará ser cultura. A nossa liberdade, a coexistência das liberdades, se utilizará de uma ética para a qual o bem geral está sempre viva, presente, indeclinável. O progresso social não deve nem mendigar nem ultrajar, mas realizar-se com plena consciência de sua própria inexorabilidade. A náusea deve ser banida deste mundo, que poderá parecer ideal, mas acreditamos que é realizável. Esta comunidade, que persegue fins espirituais e materiais, que tende a superar-se, que deseja ardentemente progredir e ser mais justa, melhor e mais feliz, em que o indivíduo possa simultaneamente realizar-se e realizá-la, dará as boas-vindas ao homem do futuro da sua alta torre, segundo a nobre convicção de Spinoza: “Nós sentimos, nós provamos que somos eternos”.<sup>70</sup>

É a partir do **Primer Congreso Nacional de Filosofía** que a doutrina justicialista ganha forma; como justo equilíbrio entre os extremos (a *tercera posición*, nesse sentido sinônimo de justicialismo, será representada como um ponto no centro de um arco cujas extremidades são o individualismo e o coletivismo),<sup>71</sup> mas, sobretudo, como doutrina da justiça social que Perón considera a base da democracia.

---

<sup>70</sup> PERÓN, Juan Domingo. **Conferencia del Primer Congreso Nacional de Filosofía**, Mendoza, 9 de abril de 1949, Buenos Aires, p. 82-83.

<sup>71</sup> “Os governos das nações podem se realizar de maneiras diversas; mas todas elas, através da história, oscilaram como um pêndulo entre o individualismo e o coletivismo. Nós pensamos que, entre estes dois extremos, exista uma terceira posição mais estável e permanente e sobre esta terceira posição fundamentamos toda nossa doutrina”. ESCUELA SUPERIOR PERONISTA. **Apuntes de economía peronista**, Buenos Aires: 1954, p. 39; também ARZADUN, Daniel. **Perón ¿proyecto nacional o pragmatismo puro?**. Buenos Aires: [s. n.], [s.d.], p. 163.